

Paulo Mosânio Teixeira Duarte  
*Universidade Federal do Ceará; paulomos@ufc.br*

## A voz média em português: seu estatuto

### **Introdução**

A categoria de voz, na gramática tradicional, é mal descrita. Por isto, divergem os critérios, às vezes num mesmo autor, e conseqüentemente altera-se a tipologia.

O critério mais destacado tanto na definição de voz como na caracterização dos seus tipos é o semântico. Este critério aparece isolado, conjugado à forma ou disfarçado de critério sintático, neste caso, havendo referência à relação sujeito/predicado. Outras vezes, os autores empregam um critério no conceito e outro na tipologia diatética.

Cunha & Cintra (1985), por exemplo, apresentam *voz* como uma variação verbal, o que seria o mesmo que afirmar ser ela uma “forma verbal”. Em seguida, asseveram que “o fato expresso pelo verbo pode ser representado de três formas: como praticado pelo sujeito, como sofrido pelo sujeito, como praticado e sofrido pelo sujeito” (1985:372). Esta caracterização é nitidamente semântica.

Luft (1974) é outro que define voz como “forma que toma o verbo para exprimir as relações de atividade e passividade entre sujeito e verbo” (1974:132), usando, então, um critério morfo-semântico, que se revela apenas semântico na tipologia das vozes.

Bechara (s/d) não define a categoria de voz, mas a expressão comum a todos os conceitos que dá de cada tipo é “forma verbal”, o que indicia o emprego do critério mórfico, mas o todo de cada definição conduz também a um critério semântico.

Já Lima (1992) define a voz como “acidente que expressa a relação entre o processo verbal e o comportamento do sujeito.” (1992:123). Usa o critério semântico disfarçado de sintático. Todavia, quando a coloca como um dos acidentes do verbo, assume claramente que é uma categoria formal e semântica.

A confusão não é apenas conceitual, mas também tipológica. Há autores que reconhecem dois tipos de voz, como Melo (1978), a ativa e a passiva, e Lima (1992) que identifica a ativa e a medial. Outros há que distinguem três, a exemplo de Cunha & Cintra (1985), a ativa, a passiva e a reflexiva. Almeida (1980), por seu turno, reconhece quatro: ativa, passiva, reflexiva e neutra.

Dada a impossibilidade de estudar satisfatoriamente todas as vozes verbais no espaço que nos é reservado, restringir-nos-emos à voz média, que nem sempre tem

recebido a devida acolhida nas gramáticas tradicionais. Uns sequer a reconhecem, como Melo (1978), outros a incluem na voz reflexiva, como Cunha e Cintra (1985), outros, por fim, a reconhecem, como Lima (1992).

Antes de fazermos menção sobre o assunto, convém estabelecermos critérios para entendermos o que é *voz*. Este é o objetivo da próxima seção.

### 1. Por um critério para a noção de voz

Preliminarmente, é preciso reconhecer, com Halliday (1976), que há dois tipos de voz, um de natureza mórfica, outro de natureza sintático-semântica, decorrente da relação entre verbos e argumentos. Tratemos, de início, dos aspectos exclusivamente mórficos da categoria. Deixamos claro que não iremos nos basear na tipologia do lingüista britânico. Apenas tomamos como partida duas concepções de voz que precisam ser aclaradas.

Para tanto, explicitaremos nossos pressupostos teóricos: as noções de *signo* e de *valores de língua/valores de fala* (cf. Hjelmslev, 1974 e Coseriu, 1979). Em seguida, analisaremos os desdobramentos destes pressupostos na caracterização da voz média.

### 2. Pressupostos teóricos estruturais

Um dos pressupostos estruturais, infelizmente não levado até as últimas consequências pela maior parte dos lingüistas, é o *princípio da funcionalidade*, que se fundamenta no *postulado da solidariedade* entre o plano da expressão e o plano do conteúdo (cf. Coseriu, 1979). É digno de atenção o termo *solidariedade*, porque é técnico: diz respeito a uma *função* entre uma *constante* e outra *constante* (cf. Hjelmslev, 1974). Quer dizer: um termo A pressupõe um termo B e um termo B, por seu turno, também pressupõe um termo A. Assim, quando dizemos que plano da expressão e plano do conteúdo são solidários, queremos afirmar que se pressupõem reciprocamente, instaurando a função *signo*, definida por Coseriu (1979) nos seguintes termos:

a uma unidade de língua no plano da expressão, deve (em geral) corresponder uma unidade no plano do conteúdo diferente das outras unidades da mesma língua; e a uma unidade de conteúdo deve (em princípio) corresponder uma unidade de expressão (Coseriu, 1979:60).

Corolário importante do postulado de solidariedade entre os dois planos é o *princípio da oposição* que Coseriu (1979:71) esquematiza da seguinte maneira.

A	a	b
B	a	c

O princípio pode ser assim traduzido:

dadas duas unidades A e B compostas de mais de um elemento, e de tal modo que tenham uma parte comum (*a*), estas duas unidades se acharão em oposição uma com a outra e funcionarão como unidades independentes pelas partes que não possuem em comum (*b* e *c*) (Coseriu, 1979:71).

Em outras palavras, o princípio nada mais é do que aquele saussuriano, segundo o qual: “o mecanismo lingüístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas.”(Saussure, 1977:126).

O princípio da oposição liga-se ao da comutação e ao da diferença entre *língua* e *fala*, ou entre *valores de língua* e *valores de fala*, sugeridos por Coseriu (1979) e definidos por Soares (1987), nos termos abaixo.

Uma forma lingüística possui um valor de língua quando apresenta significado próprio e meios formais para expressá-lo. Faz parte do sistema de oposições básicas da língua. É o significado da forma no contexto mínimo.

Os valores secundários [de fala] existem potencialmente numa forma, mas necessitam de contextos especiais para se atualizarem. (Soares, 1987:25)

Estabelecidos os parâmetros acima, trataremos da voz média para verificarmos em que medida ela atende aos princípios estruturais supra-referidos.

### 3. Da voz média numa perspectiva estrutural

Com base em pressupostos estruturais que assentam a existência de categorias lingüísticas ancoradas na expressão através de morfemas ou de outros instrumentos gramaticais (no caso dos verbos, os auxiliares), a “medialidade” não é morficamente voz autônoma em português. A tomar como ponto de partida o ponto de vista de Macambira (1986), por exemplo, que propõe esquemas estruturais para definir cada uma das vozes em português, não há distinção estruturalmente sustentável entre a média, a reflexiva e a recíproca. Os esquemas apresentados pelo autor relativos a essas três vozes são os seguintes:

a) esquema estrutural da voz reflexiva:

+A +B +C D
------------

A e B, segundo o autor, representam o sujeito e um pronome correferente, respectivamente (*eu/me, tu/te, ele/se, nós/nos, vós/vos, eles/se*) e D1 representa um elemento expansivo e opcional, como “a mim mesmo”, “a ti mesmo” e semelhantes.

b) esquema da voz recíproca:

+A +B +C E
------------

As letras A e B representam os mesmos elementos sintáticos do esquema relativo á voz reflexiva. A diferença reside apenas elemento opcional, E, que representa “um(s) ao(s) outro(s)”. Caracteriza-se por só se conjugar nas três pessoas do plural.

c) esquema estrutural da voz média:

+A +B +C -D -E
----------------

A média também tem esquema estrutural semelhante ao da reflexiva, diferindo pelo que não pode ser acrescentado. Daí o sinal -, que significa a impossibilidade de acrescentar-lhe o elemento D1 (a mim mesmo) e E (uns aos outros).

De nada adiantam os chamados recursos estruturais indicados por Macambira (1986) para diferenciar as três vozes ancoradas no pronome, a *reflexiva*, caracterizada pela

expansão já referida; a *recíproca*, caracterizada pela expansão *um ao outro/uns aos outros* e a *média*, que é caracterizada pela ausência de qualquer expansão, ou seja, por um traço negativo. Primeiro, os meios não são morfêmicos, uma vez que os pronomes átonos, pelo menos no português do Brasil, ainda não se gramaticalizaram o suficiente para se caracterizarem como morfemas adequados, já que se sujeitam aos mecanismos de próclise e ênclise. Segundo, porque só o contexto de situação, que impõe valores secundários, de discurso, às vezes, pode definir a que voz estamos nos referindo. A expansão é um tanto tautológica, pois decorre da prévia interpretação contextual.

Assim, uma frase como *o menino se feriu na cerca*, pode assumir duas interpretações: "o menino ficou ferido (acidentalmente) na cerca" ou "o menino se feriu a si mesmo (propositalmente) na cerca". Se a frase estivesse no plural, *os meninos se feriram na cerca*, haveria três interpretações: "cada menino feriu-se a si mesmo (propositalmente) na cerca", "cada menino feriu um ao outro na cerca" ou "cada menino ficou ferido (acidentalmente) na cerca".

Considerando, pois, a função signo e o princípio da funcionalidade dela decorrente, não há lugar para a existência da voz média em português. A postulação de uma forma pronominal é de natureza acidental e um tanto casuística, porque, em função dela, se define a existência da voz ativa ou da voz média. Assim, se dissermos *o navio afundou*, temos voz ativa; se acrescentarmos o *se* ao verbo, temos voz média.

Para agravar o estatuto supostamente estrutural proposto por Macambira (1986), há que se objetar:

- (a) o *se* não é permitido em muitos casos:
  - (01) o salário aumentou.
- (b) o *se* é facultativo em alguns casos:
  - (02) A porta abriu (-se)
- (c) o *se* é obrigatório em outros casos:
  - (03) João se arrependeu de seus erros.

No exemplo (02), a depender da presença da forma dependente pronominal, temos voz média; no exemplo (03), temos necessariamente voz média e, em (01), voz ativa. Todavia, em todos os casos, o verbo é de processo, pois indica sujeito afetado (cf. Chafe, 1979)<sup>1</sup>.

O esquematismo estrutural de Macambira (1986) leva a colocar sob a mesma rubrica *voz média* verbos de nuances semânticas distintas, como *queixar-se, dirigir-se, afastar-se, arrepender-se* simplesmente por uma questão de presença pronominal.

Camara Jr. (1977a: *s.v.*), em quem Macambira se inspirou para elaborar os esquemas de vozes, refinando-as com mais detalhamento, define a voz medial como aquela em que à forma ativa adjuge-se um pronome adverbial átono referente à pessoa do sujeito, indicando integração do sujeito na ação que dele parte.

O autor subdivide a medial em *reflexiva, dinâmica e expletiva*. Na medial-reflexiva, a pessoa do sujeito, sob o aspecto do pronome adverbial átono, incorporado no verbo, reaparece no predicado como objeto de uma ação verbal transitiva que parte dele, como se vê em (04).

<sup>1</sup> Chafe (1979) elabora uma tipologia de predicados conforme a relação verbo/argumento de sorte que temos verbos de estado, de ação, de ação-processo e de processo. A tipologia semântica dos verbos é variável de autor para autor, mas não é lugar para discutirmos tão complexa questão.

(04) eu me feri = eu o feri.

Na medial-dinâmica, o sujeito reaparece no predicado como centro de uma ação transitiva que parte dele, mas não sai do seu âmbito, eliminando assim o objeto sobre que ela recairia, como em (05).

(05) eu me levantei \_ eu o levantei.

Na medial-expletiva, o sujeito reaparece como centro de uma ação verbal intransitiva que fica mais intensamente relacionado ao sujeito de que parte, como em (06).

(06) eu me ri = eu ri.

Semelhantemente à proposta de Macambira (1986), a de Camara Jr. (1977a) procura distinguir o que é lingüístico do extralingüístico, diferenciando, assim, *atividade* de *voz ativa* e *passividade* e *voz passiva*. Outro ponto a destacar é que o autor considera tipos heterogêneos de voz média. Todavia, cabem aqui alguns senões.

Não fica clara a posição no sistema do que ele chama médio-passiva. Num primeiro momento, é uma das modalidades da voz passiva, noutra, aparece tão intimamente ligada à voz média que o próprio autor diz:

há uma relação entre a voz medial, sob qualquer de suas formas, e a voz passiva, no sentido de que a voz passiva tende a se apresentar em construção medial, com a extensão dessa construção a ações verbais em que se integra um ser que, na representação lingüística, não é um sujeito ativo. Em português, isso se verifica com o verbo medial, de forma pronominal, na 3ª pessoa, ficando o pronome adverbial átono se na função de pronome apassivador (Camara Jr., 1977a:s.v. medial).

Até a denominação que usa para esse tipo de voz passiva deixa entrever que seu lugar não está bem definido, a não ser que se admita que tais formas estariam no limite entre uma e outra classificação — o que não se faz. O que não é possível é considerar a voz médio-passiva ora como subtipo da voz medial, ora como subtipo da voz passiva, sem a devida explicação desse caráter híbrido.

Outro ponto a salientar-se, diz respeito à voz medial expletiva. Se o pronome é expletivo, este não deveria realçar uma intensa participação do sujeito. O termo *expletivo* é, portanto, inapropriado. Ademais, mesmo subdividindo a voz média em tipos, surgem alguns problemas: (a) continua a existir a heterogeneidade da categoria; (b) falta um fio condutor capaz de unificar os subtipos num conceito geral.

Ao final das contas, destacam-se as mesmas críticas feitas a Macambira (1986), nomeadamente: (a) o pronome não se gramaticalizou o suficiente para garantir, sem contestações, a voz média, mesmo naqueles casos em que ele carece de referente e há meramente uma correferência; (b) as distinções entre os subtipos de medial, principalmente, entre a do tipo medial dinâmica e a do tipo medial reflexiva são de natureza discursiva; (c) a presença do pronome ganha muito realce em detrimento da natureza semântica do verbo.

Em suma, não há voz média em português, considerando os parâmetros estruturais em que nos balizamos para configurar uma categoria lingüística<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Rigorosamente falando, do ponto de vista estrutural, que vimos adotando, só há voz ativa, sendo

Configurado para nós que a voz média não se enquadra nos parâmetros estruturais fundados no princípio da funcionalidade advogado por Coseriu (1979), isto não significa dizer que ela não possa ser perspectivada de outra maneira. Basta que invertamos os pólos e que, em vez de a definirmos em termos de *langue*, a definamos em parâmetros semântico-discursivos. Logo de partida, convém estabelecermos que, em lugar da abordagem mórfica, coloquemos uma abordagem sintático-semântica da qual falaremos a seguir.

#### 4. Da voz média: aspectos sintático-semânticos

Amparando-nos em Chafe (1979), podemos afirmar que a voz média se caracteriza por apresentar um verbo de processo, aquele que designa uma mudança de condição ou de estado e exprime uma relação entre um nome paciente e um estado, como em (07).

(07) A madeira secou<sup>3</sup>.

Corresponde à ordenação evolutiva do subtipo descritivo de Pottier (1978). É desta visão do lingüista francês que partimos, o que significa dizer que admitiremos como construções mediais frases como (08) e (09).

(08) O gato morreu.

(09) O livro caiu.

Nosso ponto de vista é esposado por autores como Borba (1996) e serviu de base, inclusive, para a elaboração de seu *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. Sabemos, no entanto, que a adoção de categorias semânticas, embora necessária e imperativa no quadro de uma sintaxe-semântica é problemática, uma vez que os limites teóricos impostos *in verbis* nem sempre são facilmente demarcados *in rebus*. Daí muitas vezes haver oscilação entre tipos verbais, a exemplo de verbos de ação-processo/ verbos de ação; verbos estativos/verbos de processos. Não é à toa que se postulam vários testes para a caracterização semântica da relação predicativa, o que sinaliza freqüentes dificuldades de classificações automáticas.

É de bom alvitre destacar que as configurações sintagmáticas muitas vezes parecem apontar que a relação não é exatamente do verbo com os argumentos, mas do predicado inteiro com o sujeito, como em:

(10) João levou uma surra.

O sujeito *João* é paciente por causa do conjugado verbal *levou uma surra*. É o caso, talvez, de estudarmos determinados conjugados para verificarmos se os verbos juntamente com o SN à direita não constituiriam uma construção cristalizada, sendo o

---

a chamada passiva um tipo de frase nominal (cf. Llhorach, 1980:170, Camara Jr., 1979:165), conforme mostramos em artigo intitulado *Proposta para uma descrição do verbo quanto à categoria de voz*, a ser publicado nos Anais do VIII Congresso de Filologia e Lingüística-Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> A tipologia de Chafe (1979), que admite verbos de estado, ação, ação-processo e processo, é apenas uma das tipologias a que pode ser submetido o verbo em âmbito sintático-semântico. Todavia, outros autores há como Peres (1984), que admitem outra tipologia: estativos, posicionais, accionais e processuais, inspirada em Dik (1989).

verbo caracterizado como de suporte ou funcional (cf. Vilela & Busse, 1986, Borba, 1996 e Neves, 2002). Não podemos deixar de reiterar que a articulação entre o verbo e o SN à direita podem mudar a classificação semântica do sujeito, como em:

(11) João prendeu o gato na gaiola.(ação-processo)

(12) João prendeu as pernas na grade.(processo)

De todo modo, não é propósito nosso entrar na questão de tipologia de predicados, porque isto, por si só, é matéria para um outro assunto.

Outro traço adicional da construção média, para muitos autores, é a relação entre ela e a construção causativa (cf. Borba, 1996, Vilela, 1992). Dada a especificidade e a complexidade deste ponto, trataremos dele na seção a seguir.

### 5. Da suposta relação construção medial/ construção causativa

Admitindo a característica relacional supra entre o verbo e o actante sujeito, não acatamos como essencial a relação entre construções mediais e construções causativas ou, em termos de Pottier (1978), entre a ordenação evolutiva e a ordenação causativa. Assim, para nós, é indiferente a relação entre os citados tipos de construção, quer se dê entre as mesmas formas verbais ou entre formas verbais diferentes, a exemplo de:

(13) o calor do sol secou a madeira/ a madeira secou (com o calor do sol).

(14) o vento derrubou o livro/ o livro caiu (com o vento).

Entretanto, pelo menos no português do Brasil em sua forma oral, alguns verbos mediais não têm contraparte causativa, como *arrepender-se*. Na norma brasileira, a relação abaixo é agramatical:

(15) Pedro arrependeu-se de seus pecados/ \*Os pecados arrependeram Pedro.

Neste caso, devemos lançar mão do verbo causativo *fazer*. Em outros casos, a relação se dá entre a construção causativa e a construção com sujeito indeterminado, classificada pela gramática tradicional de voz passiva pronominal, a exemplo de:

(16)a. João construiu a casa.

b. construiu-se a casa.

A construção (16b) não é exatamente do tipo medial, mas é aparentada com esta, com a diferença de que, na medial típica, o sujeito é afetado, enquanto, em construções assemelhadas a (16b), é o objeto que é paciente da ação verbal. Embora não seja nosso objetivo nos prolongarmos em tão complexo assunto, cabem aqui justificativas para considerarmos (16b) como um tipo de construção impessoal. Em primeiro lugar, a relação com a chamada passiva analítica é controversa e insustentável. Se dissermos *transfere-se este ponto*, queremos significar que alguém (que não sabemos ou não queremos mencionar) coloca um ponto disponível à transferência. Se, por outro lado, dissermos *este ponto é transferido*, damos a transferência como fato consumado. Outros fatores interferem na leitura e na interpretação gramatical da impessoal com *se*:

(a) a posição do SN, típica de objeto;

(b) a ausência de concordância na linguagem coloquial do Brasil;

(c) a isomorfia estrutural entre construções de sujeito indeterminado com *se* e construções com sujeito determinado, presente em *alguém aluga casas/aluga-se casas- alguém precisa de empregados/precisa-se de empregados- alguém trabalha muito/trabalha-se muito* (cf. Camara Jr., 1977b e Said Ali, 1966).

A propósito ainda da relação entre construções causativas e construções mediais, cremos oportuno tocar na questão de redução de valência postulada por Dik (1989). O lingüista holandês toma como ponto de partida as seguintes construções em inglês:

- (17) a. John opened the door.  
b. The door was opened by John.  
c. The door opened.  
(18) a. The door opened.  
b. \*The door opened by John.

As construções (17b) e (17c) diferem quanto à presença ou ausência do agente, as quais não interferem na gramaticalidade das mesmas. Todavia, no que tange à (18a) e (18b), não há isomorfia com as construções passivas, uma vez que a construção medial não admite agente. Vale a pena transcrever o trecho para maiores esclarecimentos, em que tivemos de adaptar as referências à numeração das frases:

[...] não há espaço para um sintagma agentivo nesta construção [18a], e, a uma inspeção mais cuidadosa, encontraremos uma diferença semântica do mesmo modo que aquela existente entre (17c) e (17a): a segunda não pressupõe nenhum agente identificável; a porta pode muito bem ter-se aberto por si mesma, sem o envolvimento de nenhum agente ou força [...]. Preferivelmente *open* será considerado em (18a) como um predicado intransitivo que deve ter sido formado através de uma regra de formação de predicados por redução de valência: não há simplesmente lugar para o agente na grade de predicado subjacente. (Dik, 1989:259) [tradução nossa]

Não vamos entrar no momento nos aspectos discursivos avocados pelo autor no tocante à voz média, porque nosso desiderato é questionar a redução de valência. Este expediente serve para que Dik (1989) postule uma derivação das construções mediais a partir das construções causativas. Mas isto é muito problemático, pelos motivos que arrolamos a seguir.

Em primeiro lugar, não fica claro como se opera a demissão do agente, pelo menos em termos lingüísticos, de modo a explicar as especificidades de cunho discursivo da voz média. Não nos parece funcionalmente coerente e pertinente postular operações formais para mostrar vínculos entre construções quanto aos aspectos estruturais, fazendo-se tabula rasa de diferenças discursivas. É um paradoxo para um funcionalista partir de operações formais para considerar *pari passu* diferenças semântico-discursivas. Parece que o autor não considerou devidamente um lema que ele próprio estabeleceu como demarcador do funcionalismo em relação com o formalismo: evitem-se transformações (Dik, 1989:19-21).

A propósito, as "transformações" cobrem até casos de passagem de esquemas subjacentes verbais para estruturas nominais, como os substantivos compostos, a exemplo de *bird-catcher*, possibilitado pela grade argumental de *catch*, que requer dois argumentos, sujeito agentivo representado pelo sufixo *-er*; e um objeto direto, representado pelo substantivo *bird*. É um caso a refletir-se porque os compostos são domínios muito



heteróclitos. Ademais, a postulação evoca muito antigas posturas transformacionistas, que, radicalizadas, puseram em xeque as transformações pelo poderio que lograram atingir a ponto de descaracterizá-las. Mais uma vez o saliente formalismo em Dik leva a deduzir diferenças semânticas em função de operações formais.

Em segundo lugar, fica por esclarecer uma relação de natureza parcial entre as construções causativas e as mediais. Em se tratando do agente, tal correspondência não acontece como em:

(19) O engenheiro derrubou a ponte/\*A ponte caiu com o engenheiro.

Esta ausência de correlação talvez se deva à polissemia da preposição *com*, que pode indicar concomitância ou causa. Em virtude disto, evita-se o SP com o núcleo agentivo [+animado].

A correspondência só ocorre quando a causa expressa no sintagma preposicional decorre de algum atributo do agente, expresso por SP:

(20) O engenheiro com sua inépcia derrubou a ponte/A ponte caiu com a inépcia do engenheiro.

Mas mesmo neste caso, a construção mais natural parece ser com a locução prepositiva *devido a*, em vez da preposição *com*. De todo modo, fica uma proposta para uma pesquisa empírica. O que nos interessa é que os que postulam a relação entre construções causais e mediais devem arcar com o ônus de uma equivalência não muito estruturada, equivalência que parece assentar-se melhor quando há a presença de instrumento ou força:

(21) O vento quebrou a vidraça/A vidraça quebrou com o vento.

Mesmo assim, trata-se de uma paráfrase, e sabemos que muito dificilmente se configura uma relação plena de significado entre frases dadas como sinônimas (cf. Fuchs, 1982, para a verificação dos fatores intervenientes na paráfrase, mormente o pragmático). Na construção causativa, o causativo ganha realce e é o tópico primário; na construção medial, o tópico primário é o afetado e o causativo é tópico secundário. Este último pode, inclusive, ser suprimido da frase e esta não se torna agramatical, mas inevitavelmente decorre uma consequência semântico-pragmática: o evento é dado como tema, ou evento-tópico, para estendermos um conceito que se encontra em Givón (2001), que restringiu o conceito às nominalizações.

Outro aspecto semântico-pragmático de monta na voz média é que, muitas vezes, o falante não reconhece, como usuário, sequer a existência de um causador ou agente. O evento é dado como espontâneo. Não é à toa que são encontradas construções como estas abaixo:

(22) A vidraça quebrou-se por si só.

Trata-se de um divórcio, entre outros, entre o universo do físico e do natural e do universo lingüístico.

### **Considerações finais**

O estudo que empreendemos que congrega, na verdade, elementos para um estudo da voz média, uma vez que cada um dos aspectos estudados merece tratamento verti-

calizado e empírico, leva-nos as seguintes conclusões: (a) a voz média se caracteriza sintático-semânticamente pela presença de um sujeito relacionado a um verbo de processo, sendo aquele mais especificamente paciente ou experienciador (estamos nos referindo a verbos de processo cognitivos ou verbos de sentimento e emoções); (b) a voz média não deriva da causativa, em virtude de diferenças semântico-pragmática-discursivas já arroladas no corpo deste trabalho; (c) a relação entre construção medial e causativa pode existir, mormente quando o causativo é instrumento ou força, mas mesmo assim, é problemática, porque a relação pode dar-se entre construção causativa e construção impessoal, e não apenas com construção medial; (d) a voz média propicia codificação de eventos lingüisticamente dados como espontâneos pelo falante ou destituídos de "autoria" pelo falante que não sabe ou não quer mencioná-la.

Deste modo, evitamos uma antinomia indesejável no seio de uma abordagem funcionalista entre operações formais e propósitos comunicativos diversos. Assumimos assim, na prática, a diferença postulada por Dik (1989) de que a hierarquia no funcionalismo é pragmática > semântica > gramática, por oposição ao formalismo cujo percurso hierárquico é inverso. No caso das construções mediais, não há, assim nos parece, uma escolha de uma mesma entrada lexical, com posterior redução de valência, segundo o propósito comunicativo. A escolha se dá entre duas entradas, cada uma com sua transitividade, ou, em termos formais, entrada monoargumental X entrada biargumental. Pelo menos no caso da voz média, é assim que entendemos o funcionalismo como paradigmático por oposição ao formalismo, tipicamente sintagmático.

Logicamente, muitos pontos ficaram por ser explorados pela premência de espaço, nomeadamente:

- (a) a discussão dos papéis temáticos;
- (b) a relação entre voz média e ergatividade.

Trata-se de pontos a explorar, entre outros aqui esboçados, para um outro trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1980), *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Saraiva.
- BECHARA, Evanildo (s/d), *Moderna Gramática Portuguesa*, São Paulo, Nacional.
- BORBA, Francisco da Silva (1996), *Uma Gramática de Valência para o Português*, São Paulo, Ática
- BORBA, Francisco da Silva (1991), *Dicionário Gramatical de Verbos do Português contemporâneo do Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1977a), *Dicionário de Lingüística e Gramática: Referente à Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1977b), *Princípios de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, Padrão.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1979), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão.
- CHAFE, Wallace L. (1979), *Significado e Estrutura Lingüística*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- COSERIU, Eugenio (1979), *Lições de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, Presença.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1985), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DIK, S. C. (1989), *The Theory of Functional Grammar*, Dordrecht, Foris Publications.
- FUCHS, Catherine (1982), *La Paraphrase*, Paris, P.U.F.
- GIVÓN, T. (2001), *Syntax: an Introduction*, Philadelphia, J. Benjamins.
- HALIDAY, M. A. K. (1976), "Estrutura e função da linguagem", in LYONS, John (org.) *Novos Horizontes em Lingüística*, São Paulo, Cultrix.
- HJELMSLEV, Louis Trølle (1974), *Prolegômenos a Uma Teoria da Linguagem*, São Paulo, Perspectiva.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1992), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- LLHORACH, Emilio Alarcos (1980), *Estudios de Gramática Funcional del Español*, Madrid, Gredos.
- LUFT, Celso Pedro (1974), *Moderna Gramática Brasileira*, Rio de Janeiro, Globo.
- MACAMBIRA, José Rebouças (1986), *Estrutura do Vernáculo*, Fortaleza, EUFC.
- MELO, Gladstone Chaves de (1978), *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- NEVES, M. Helena de Moura (2002), *A Gramática: História, Teoria, Análise e Ensino*, São Paulo, Editora UNESP.
- PERES, João Andrade (1984), *Elementos para uma Gramática Nova*, Coimbra, Almeida.
- POTTIER, Bernard (1978), *Lingüística Geral e Teoria e Descrição*, Rio de Janeiro, Presença, Universidade de Santa Úrsula.
- SAID ALI, Manuel (1966), *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- SAUSSURE, Ferdinand (1977), *Curso de Lingüística Geral*, São Paulo, Cultrix.

- SOARES, M. Aparecida Botelho Pereira (1987), *A Semântica do Aspecto Verbal em Russo e em Português*, Rio de Janeiro, PROED/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VILELA, Mário (1992), *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Almedina.
- VILELA, M. e BUSSE, W. (1986), *Gramática de Valências: Esboço de Apresentação e Aplicação ao Português*, Coimbra, Almedina.